

Prazo do MP acaba e nada acontece

Felipe Barra

Justiça proíbe Governo de adotar medidas recomendadas pelo Ministério Público para normalizar a segurança pública no DF

Procurador que queria intervenção federal lamenta concessão de liminar para grevistas da Polícia Civil

O procurador geral de Justiça do DF e Territórios, Humberto Adjuto Ulhôa, em nota divulgada ontem à imprensa, lamenta as medidas judiciais concedidas em caráter liminar pelo Tribunal de Justiça, em ações propostas pelo Sindicato dos Delegados de Polícia e pelo Sindicato dos Policiais Civis, proibindo o GDF de adotar as recomendações do Ministério Público contra a greve da categoria.

Na última sexta-feira, a Procuradoria-Geral de Justiça do DF ameaçou entrar com pedido de intervenção federal, caso a greve não terminasse. A procuradoria exigia o restabelecimento, no prazo de 24 horas, da normalidade das funções legais e constitucionais da Polícia Civil.

Conforme a nota divulgada, o Ministério Público pretende aguardar que o Tribunal de Justiça — que concedeu as liminares, cessando os efeitos da recomendação e impedindo que



“servidores, policiais ou não”, substituam os policiais grevistas em suas funções — ofereça uma solução ao governo, para que os serviços de segurança não sejam prejudicados. Ainda segundo a nota, em nenhum momento o Ministério Público entrou no mérito da greve dos policiais civis, preocupando-se com a prestação dos serviços de segurança. O documento mostra que desde o início da greve até o último domingo, a Polícia Militar registrou seis homicídios, 59 roubos, 50 furtos, 101 veículos furtados, 15 casos de entorpecentes e 32 apreensões de armas de fogo.

De acordo com o Ministério Público, as incidências criminais não diminuíram na mesma proporção dos serviços que deixaram de ser prestados pelos grevistas. Outra preocupação é relacionada à rebelião no Complexo Penitenciário da Papuda, sábado, que resultou em vários feridos.



PROCURADOR Humberto Ulhôa destacou que violência urbana aumentou após greve de policiais

GDF e grevistas retomam diálogo

Estão reabertas as negociações entre o Sindicato dos Policiais Cíveis (Sinpol) e o GDF. Desta vez, o interlocutor do governo é o próprio secretário de Segurança, Roberto Aguiar, que teve, ontem no início da noite, uma reunião com algumas das lideranças do movimento grevista.

O secretário Roberto Aguiar, segundo informações de sua assessoria, ficou de estudar a pauta e conversar com outros membros do governo para ver o que é possível avançar nas negociações. Uma reunião foi marcada para amanhã entre Aguiar e o Sinpol para nova avaliação.

De acordo com o presidente do Sinpol, Hugo de Sousa e Silva, ontem o governo foi informado de que a greve continua. “Hoje, ainda, ficamos de encaminhar um documento ao secretário, comentando alguns itens da pauta”, disse o presidente do Sinpol. Outra assembleia será marcada, provavelmente para esta semana, para decidir o destino do movimento. Até a deflagração da greve, as negociações estavam sendo mantidas com o secretário de Governo, Swdenberger Barbosa, e com o coordenador das negociações sindicais, Márcio Baiocchi.

■Mais greve dos policiais civis na página 5